

ADOLESCENTES E DIREITOS: A EDUCAÇÃO SOCIAL E O TRABALHO EDUCATIVO COM A CULTURA CORPORAL NO CENTRO DA JUVENTUDE DE IVAIPORÃ-PR

TEENAGERS AND RIGHTS: SOCIAL EDUCATION AND EDUCATIONAL WORK WITH BODY CULTURE AT THE YOUTH CENTER OF IVAIPORÃ-PR

ADOLESCENTES Y DERECHOS: EDUCACIÓN SOCIAL Y TRABAJO EDUCATIVO CON CULTURA DEL CUERPO EN EL CENTRO JUVENIL DE IVAIPORÃ-PR

Sofia Mattei Praczum¹

Universidade Estadual de Maringá

Paula Marçal Natali²

Universidade Estadual de Maringá

Thais Godoi de Souza³

Universidade Estadual de Maringá

Resumo

A Educação Social é uma área de estudo e incidência que trata da educação para os direitos humanos. No Brasil abarca em sua maioria, ações com crianças e adolescentes com direitos violados. Esta investigação objetivou analisar a configuração do trabalho educativo com a linguagem da cultura corporal em uma instituição de Educação Social no município de Ivaiporã-PR. Para tal, utilizou-se metodologicamente o estudo de caso, o qual ocorreu no Centro da Juventude, instituição que integra o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da cidade de Ivaiporã/PR. A construção dos dados analisados foi feita com observações das atividades educativas e produção de relatórios e entrevistas semiestruturadas com os educadores/as sociais da instituição. Os dados obtidos foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 1977). Com esse estudo foi possível observar como se configuram as ações educativas de uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como, suas relações com a cultura corporal e as interlocuções com a ludicidade, ainda se tornou possível identificar a necessidade de uma formação específica para área de Educação Social e a importância da atuação do/a professor/a de Educação Física nesses espaços.

Palavras-Chave: Adolescentes; Educação Social; Cultura Corporal; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

¹ Graduada em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá, campus regional do Vale do Ivaí. Ivaiporã-PR, Brasil. Email: sofiaprazum@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6902821778952121> Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0015-2318>

² Docente do Departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil. Email: pmnatali@uem.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3738805977157385> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4641-0083>

³ Docente do Departamento de Fundamentos da Educação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, Brasil. Email: tgsouza2@uem.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8761146259803716> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3815-6890>

Abstract

Social Education is an area of study and advocacy that deals with education for human rights. In Brazil, it mostly involves actions involving children and teenagers whose rights have been violated. This investigation aimed to analyze the configuration of educational work with the language of body culture in a Social Education institution in the city of Ivaiporã-PR. To this end, a case study was methodologically used, which took place at the Youth Center, an institution that is part of the Coexistence and Strengthening of Bonds Service in the city of Ivaiporã/PR. The construction of the analyzed data was done with observations of educational activities and production of reports and semi-structured interviews with the institution's social educators. The data obtained were analyzed using the content analysis technique (Bardin, 1977). With this study it was possible to observe how the educational actions of a Coexistence and Bond Strengthening Service institution are configured, as well as their relationships with body culture and dialogues with playfulness, it still became possible to identify the need for a specific training for the area of Social Education and the importance of the role of Physical Education teachers in these spaces.

Keywords: Teenagers; Social Education; Body Culture; Coexistence and Bond Strengthening Service.

Resumen

La Educación Social es un área de estudio y promoción que se ocupa de la educación para los derechos humanos. En Brasil, se trata principalmente de acciones que involucran a niños y adolescentes cuyos derechos han sido violados. Esta investigación tuvo como objetivo analizar la configuración del trabajo educativo con el lenguaje de la cultura corporal en una institución de Educación Social de la ciudad de Ivaiporã-PR. Para ello, se utilizó metodológicamente un estudio de caso, que tuvo lugar en el Centro Juvenil, institución que forma parte del Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos de la ciudad de Ivaiporã/PR. La construcción de los datos analizados se realizó con observaciones de actividades educativas y producción de informes y entrevistas semiestructuradas con educadores sociales de la institución. Los datos obtenidos fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido (Bardin, 1977). Con este estudio se pudo observar cómo se configuran las acciones educativas de una institución del Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos, así como sus relaciones con la cultura corporal y los diálogos con la lúdica, aún fue posible identificar la necesidad de una formación específica para el área de Educación Social y la importancia del rol de los docentes de Educación Física en estos espacios.

Palabras-claves: Adolescentes; Educación Social; Cultura Corporal; Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.

INTRODUÇÃO

A Educação Social é uma área de recente tradição de pesquisas e estudos no Brasil, no entanto, há uma vasta experiência de práticas educativas na área. Na América Latina, a Educação Social também está em desenvolvimento e tem recente articulação formativa. Buscando compreender melhor os meandros desta ação educativa, entendemos ser necessário investigar e refletir sobre suas especificidades, no caso deste estudo, a educação social direcionada à crianças e adolescentes.

As características das ações educativas na área, deveriam predominantemente ser determinadas a partir dos objetivos do trabalho desenvolvido, tendo conteúdos alinhados a partir das metas da incidência educativa. Nuñez (2004, p. 40) aponta que a Educação Social também pode ser definida como:



[...] una apuesta social sobre su futuro: la incorporación de cada sujeto particular a las redes normalizadas de época. La educación social promueve la sociabilidad del sujeto para posibilitar su acceso y circulación por los circuitos sociales amplios. [...] Se trata de acciones particulares en las que un agente de la educación realiza la transmisión de contenidos (del patrimonio cultural amplio) juzgados como necesarios para un sujeto de la educación.

Pontuamos que o objetivo principal é atuar a partir de uma perspectiva educativa e social com indivíduos ou grupos em direção ao que se tem de direito instituído naquele tempo, ou seja, é uma educação situada. A Educação Social parte do princípio que nem todas as pessoas têm acesso aos bens culturais disponíveis em seu tempo e isso ocorre, em função da vulnerabilidade social e/ou econômica que o sistema social que vivemos produz (Muller e Natali, 2021), se constitui como uma área da educação para os direitos humanos.

No Brasil existem várias denominações para o profissional educador social, muitas vezes eles são chamados de monitores, integralizadores, coordenadores sociais, oficinairos, professores (as) comunitários (as), instrutores(as), cuidadores(as), facilitadores(as) o que às vezes pode causar fragilidade e confusão em relação a sua identidade profissional (Souza, Paiva, Natali; Bauli, 2014).

As ações educativas destes profissionais precisam estar fundamentadas em princípios que guiam as práticas da Educação Social, como o respeito, compromisso, inclusão, participação e diálogo (Müller; Rodrigues, 2002). Dentre a variedade de espaços de atuação da Educação Social no Brasil, existe o âmbito pertinente a assistência social dentro da política pública. Na política de garantia de direitos, temos o Sistema Único da Assistência Social- SUAS, neste está incluído e garantido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por meio do qual, crianças e adolescentes encaminhados pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) ou sistema judiciário, passam a frequentar oficinas e ações educativas visando sua reinserção social e restauração de direitos violados (Müller; Rodrigues, 2002).

O SCFV realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários: O SCFV possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários, bem como no fortalecimento das relações familiares e comunitárias (Brasil, 2015).



No caso deste estudo, as ações educativas que foram pesquisadas no Centro da Juventude, encontram-se neste serviço ofertado pelo município de Ivaiporã-PR, tendo toda sua organização, gestão e financiamento enquadrado na política de assistência social do município, como apontam Praczum e Natali (2022).

As ações educativas do SCFV desenvolvem o trabalho com diversas linguagens e expressões com a população infantojuvenil buscando uma interlocução com a proteção integral desta categoria geracional, garantida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990). Destacamos a urgência no avanço desta garantia, visto que, “[...] a plena garantia dos direitos fundamentais das crianças pode acarretar uma mudança significativa na sociedade, especialmente na formulação de políticas públicas voltadas para o exercício desses direitos” (Barros; Lima; Pereira, 2024, p. 3).

O Centro da Juventude, que se caracteriza como uma instituição educativa estruturante desta busca por garantia de direitos, é um local que atende crianças e adolescentes de 10 a 17 anos no tempo não escolar e oferece atividades como: inclusão digital, dança, esportes, artesanato, teatro, entre outras atividades (Praczum; Natali, 2022). Sobre esta variedade de conteúdos desenvolvidos, Luz (2017) aponta que são muitos os conteúdos aplicados mais comumente na mediação do processo educativo na área, como por exemplo: os esportes, lutas, inclusão digital, teatro, dança, línguas estrangeiras, artes visuais e manuais e jogos e brincadeiras.

A linguagem da cultura corporal que investigamos na pesquisa em tela, é desenvolvida em suas diferentes possibilidades na instituição. A cultura corporal é compreendida pelos: “[...] jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (Coletivos de Autores, 1992, p. 26).

Estas expressões que se configuram como manifestações da cultura corporal são resultado de produções dos homens, vivências que podem estar articuladas com o processo de emancipação humana e de modificação de relações sociais e criticidade, assim coadunam com os objetivos da Educação Social.

Assim, investigamos a respeito das configurações estabelecidas no desenvolvimento da linguagem da cultura corporal no âmbito da Educação Social com adolescentes incluídos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Deste modo, a pesquisa se justifica pelo fato de termos na organização social vigente diversos grupos de indivíduos (crianças, adolescentes, idosos, adultos e outros) que se encontram em situação de



vulnerabilidade social e/ou econômica e violação de direitos. Quando incluídos em processos educativos formais, em geral, estes sujeitos são atualmente atendidos por educadores sociais (Souza; Paiva; Natali; Bauli, 2014).

Esta pesquisa visa contribuir para conferir mais qualidade aos estudos desenvolvidos na área, buscando fundamentar uma prática mais reflexiva no contexto educativo que se pretende atuar. Dedicar-se então, a investigar a ação educativa com a cultura corporal em uma instituição que desenvolve a prática da Educação Social no município de Ivaiporã-PR com adolescentes com direitos violados.

A cultura corporal elencada para compor a análise proposta, está inserida na pesquisa, visto que, em projetos sociais, ações educativas e instituições que trabalham com crianças e adolescentes, no Brasil, comumente estes, estão presentes na rotina educacional. O estudo das instituições e o desenvolvimento de conteúdos nestes ambientes educacionais destinados a população infanto-juvenil com direitos violados, pode propiciar debates e reflexões a respeito da constituição deste cenário educativo, no que tange suas relações e meandros constitutivos buscando estabelecer relações com uma melhor qualidade de vida e de garantia de direitos promulgados.

Nesta perspectiva a pesquisa em tela teve como objetivo analisar a configuração das ações educativas com a cultura corporal desenvolvidas com adolescentes em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Ivaiporã-PR. E como objetivos específicos: a) Contextualizar a política de atendimento destinado aos adolescentes com direitos violados na cidade de Ivaiporã-PR; b) caracterizar como ocorrem as ações educativas com a cultura corporal destinada aos adolescentes em uma instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e c) problematizar e analisar as relações estabelecidas nas ações educativas com a cultura corporal desenvolvida com os adolescentes.

METODOLOGIA

Para realizar este estudo, tomou-se como referência a pesquisa qualitativa, a qual busca se atentar aos processos sociais, expor o fenômeno estudado, entendê-lo de modo íntimo, atentando-se ao processo da investigação e não apenas ao seu resultado. Para tal, é necessário realizar descrição e análise indutiva (Triviños, 1987) bem como, manejar informações recolhidas, descrevendo e analisando-as, para em um segundo momento interpretar e discutir à luz da teoria pertinente (Minayo, 2013).

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, que para Negrine (2010, p.



102) “[...] é especialmente pertinente quando se trata de tentar responder a problemas ou perguntas que se formatam em ‘comos’ e/ou ‘porquês’ e que se interessam por acontecimentos contemporâneos dos quais obtemos poucas informações sistematizadas”. Sendo assim, a pesquisa foi realizada com educadores e observações livres na instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Centro da Juventude. Como técnica de coleta de dados utilizamos a observação livre e a entrevista semiestruturada (Triviños, 1987).

Estas foram realizadas com os educadores sociais da instituição Centro da Juventude, para isso foi aplicado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido-TCLE aos educadores que preencheram e assinaram dando a anuência para sua participação no estudo. A partir dos dados transcritos, realizamos a análise de conteúdo de Bardin (1977, p. 42), que pode ser compreendida como um agrupamento de técnicas e etapas que objetiva por meio de, “[...] procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] destas mensagens”.

Desta análise, realizamos as inferências entre teoria e dados coletados, buscando a elucidação dos questionamentos levantados nesta investigação e estabelecimento das categorias do estudo. Assim, para a realização da pesquisa foram entrevistados três educadores sociais da instituição e as observações foram realizadas do dia vinte um de novembro de dois mil e vinte e três até o dia cinco de dezembro de dois mil e vinte três, sendo feitas tanto no período vespertino quanto matutino nas segundas, quartas e sextas-feiras totalizando 23 horas de observações que geraram relatórios de campo.

Com a finalização das análises de dados, buscamos expor e debater os resultados junto aos atores da pesquisa, destacando a busca de um diálogo com estes e estabelecendo uma reflexão e incidência sobre o cenário de atendimento da Educação Social destinado a adolescentes com direitos violados no município de Ivaiporã-PR. Ainda, com a finalização e transcrição das entrevistas foi possível elencar quatro categorias para análise, sendo elas: I. Rotina e trabalho na instituição; II. Desenvolvimento do trabalho pedagógico; III. Formação na área e IV. Importância da Educação Física. Tais categorias serão analisadas e descritas nos itens subsequentes.

Essa pesquisa faz parte das investigações do projeto “Educação Social e Ludicidade: Configurações e Trajetórias na Infância e adolescência- Fase II”, e tem suas diretrizes metodológicas aprovadas pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CAAE 62838116.0.0000.0104).



RESULTADOS E DISCUSSÃO: ROTINA E TRABALHO DA INSTITUIÇÃO CENTRO DA JUVENTUDE

A partir da investigação realizada foi possível analisar como se configuram as ações de Educação Social em um Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos (SCFV) localizado no município de Ivaiporã/PR, nomeado como Centro da Juventude (CEJU), por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com educadores/as e observações do cotidiano na instituição. Desta maneira, objetivamos elucidar as características da instituição e como é realizado o trabalho educativo com as crianças e adolescentes no local. Desta feita, a partir da pesquisa foi possível notar que a instituição segue uma rotina: em um primeiro momento as crianças e adolescentes ficam dispostos pela instituição de forma livre, aguardando até o horário de início das atividades, assim, no período matutino as crianças/adolescentes chegam por volta das 08h e iniciam as atividades 08h30 e no período vespertino, chegam 13h e iniciam as atividades 13h:30. Antes de iniciarem é realizada uma oração coletiva, por meio da qual todos agradecem pelo dia que terão e em seguida cada um se encaminha para a atividade desejada, como observado pela pesquisadora no dia 21/11/2023.

Nessa ótica, as atividades são realizadas de forma livre pelas crianças e adolescentes, ou seja, elas que determinam que atividade querem realizar no dia e em qual momento, a única atividade que não segue essa característica é a natação, devido as questões de segurança e cuidado. Para essa atividade cada educando tem um dia e horário específico na semana, como mostra o relato da pesquisadora do dia 21/11/2023, e como cita o educador 1 em sua entrevista, apontando como ponto negativo o fato de na instituição possuir muita liberdade nas atividades.

A partir disto, podemos observar que a instituição busca seguir um dos princípios da Educação Social, tentando desenvolver processos dialógicos e de liberdade, contudo, esse princípio não se consolida na instituição, como relatado pela pesquisadora em seus relatórios. Devido ao fato de que, mesmo apresentando certa liberdade e autonomia para as crianças/adolescentes escolherem a atividade desejada, é urgente o desenvolvimento de uma metodologia a partir da efetiva participação social, para que assim possa gerar uma efetivação desse processo, visto que, não há uma organização e planejamento para escolha e desenvolvimento das oficinas. A liberdade no processo educativo não gera processos inclusivos quando são entendidas como ocupação desinteressada do tempo livre das crianças e adolescentes (Natali, 2009).



Assim, por mais que siga o ideal desses processos, a instituição não trabalha com atividades realizadas no período vespertino e matutino com as crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias no Centro da Juventude ações que privilegiam a transmissão de valores e bens culturais, que possam desenvolver por meio de práxis educativas, ou seja, que possam levar os indivíduos a questionarem a realidade de forma crítica, assim, podendo transformar a realidade em que estão inseridos (Freire, 2019). Como seria o ideal para seguir os princípios citados, isso verificamos quando é possível evidenciar nas entrevistas e observações que os educadores/as não têm um planejamento estruturado para estas atividades educativas, bem como não têm tempo semanal de planejamento ou reuniões coletivas para a realização.

Desta forma, compreendemos segundo Freire (1996) que o objetivo da educação é de promover a ampliação da visão de mundo, e esse objetivo somente se concretiza quando essa relação é mediada pelo diálogo. Desta feita, a categoria do diálogo é a chave para que uma formação crítica aconteça, pois, permite que o sujeito possa se descobrir como pensante, sendo capaz de problematizar a realidade e refletir sobre as questões sociais que os cercam (Freire, 1996). O autor ainda aponta a necessidade de respeitar os saberes dos sujeitos, para que possam refletir sobre a realidade concreta e construir assim uma consciência de liberdade e a possibilidade de participar da sociedade com tomadas de decisões conscientes.

Esses princípios educativos, anunciados por Paulo Freire, são fundamentais na consolidação das ações da área. Deste modo, observamos ações permeadas por atenção e cuidado, porém em nenhum momento há uma conversa inicial com as crianças/adolescentes sobre perspectivas e objetivos que serão realizados naquele dia ou uma definição das oficinas que serão oferecidas, como foi relatado pela pesquisado em suas observações, assim é necessário readequações e mudanças, pois, quando tratamos dos direitos humanos e educação são necessárias atividades que tenham como objetivo transmitir valores e bens culturais, que possam de fato promover reinserção social e restaurações dos direitos.

Assim, é possível averiguar que é necessária uma melhor organização no que se refere à permanência nas atividades, visto que, eles circulam pelas oficinas, sem ter um controle de horário ou uma finalização, reflexão da ação realizada a fim de construir um processo de aprendizagem. É necessário que os sujeitos tenham a autonomia para a escolha da atividade, isso é um passo importante, mas também é necessário um tempo de permanência nesta para que o processo educativo possa acontecer de fato, como



mencionado nos relatórios da pesquisadora.

Compreendendo o Centro da Juventude como uma instituição pública, a qual deveria ser laica, ou seja, não deveria possuir ligação ou influência de algum tipo de religião, assim como está exposto no artigo 5º no inciso IV da Constituição Federal Brasileira “VI– é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (Brasil, 1988), assim o espaço público não se configura como possível de desenvolvimento de culto religioso. Compreendemos dessa maneira que a intuição não deve ter vínculos, influências de religiões, visto que é previsto por lei que como instituição pública essa deve ser laica, assim, respeitando todas as religiões existentes na cultura brasileira.

Evidenciamos alguns pontos na rotina da instituição que devem ser refletidos de forma crítica e que diretamente passam pela relação orgânica que deveria ser estabelecida com os processos formativos dos educadores que ali atuam; assim, partimos para esta categoria.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Na categoria em tela, buscamos evidenciar sobre a formação específica na área de Educação Social, a qual no Brasil ainda não está consolidada. Segundo Muller e Natali (2021) os educadores e educadoras sociais não podem exercer a prática somente com os conhecimentos de vivências e experiências, é necessária uma formação que possa gerar debates e reflexões para que, assim, aconteça uma prática mais efetiva e de qualidade.

A maioria dos educadores entrevistados é graduada em Educação Física e somente um apresenta formação apenas até o ensino médio, e têm idades entre vinte e dois e quarenta e dois anos e sua permanência na instituição varia de seis meses a sete anos. A partir disto, a Educação Social no Brasil possui diferentes formações profissionais. Como apontam Muller e Natali (2021), a formação não é um pré-requisito para o desempenho da profissão, muitos educadores possuem formação superior; e muitos não possuem, alguns apresentam uma longa trajetória na área e outros conhecem a profissão enquanto atuam, ou seja, sem envolvimento prévio na área.

Nesta perspectiva, podemos observar que existe essa variedade de formação entre os entrevistados, alguns citam que possuem formação superior e outros que não possuem, entretanto realizam cursos específicos em relação ao conteúdo da oficina que ministram. Diante disto, a Educação Social busca desenvolver práticas que transmitam valores e bens



culturais, sendo realizada a partir da práxis educativa, se consolidando como uma prática que busca levar o sujeito a questionar a realidade de forma crítica, além da emancipação do sujeito.

Assim, entendemos que a Educação Social é uma relação concreta do espaço e tempo (Freire, 2019). Para que essa área da educação se torne mais eficiente, seria necessária uma formalização, de modo que suas práticas e conceitos fossem sistematizados e organizados, proporcionando ações educativas ainda mais eficientes. No entanto, esta área no Brasil carece de conhecimentos teórico-práticos formalizados e regulamentados (Diaz, 2006).

A partir da pesquisa aqui expressa foi possível identificar a necessidade de uma formação específica, visto que, ao serem questionados sobre a área os entrevistados mostraram não ter domínio e não conhecer as especificidades e características desta, como notamos na fala do Educador 1, “Aí é que não tenho muito conhecimento sobre área assim da Educação Social”. Apontando não compreender muito sobre área da Educação Social, visto que ao ser questionado sobre aspectos e características das áreas expôs não ter muito conhecimento sobre.

Deste modo, apontamos a necessidade de uma formação específica para que haja comprometimento com a área e com os envolvidos, corroborando assim para que esta modalidade não se limite somente ao viés assistencialista, mas que seja ligada a um processo educativo capaz de promover acesso à cultura, conhecimento social e político, com o objetivo de uma educação para os direitos humanos (Santos, 2018). Observou-se que a falta de formação para atuar no SCFV podem gerar atuações profissionais despreparadas para lidar com as demandas do público-alvo desse serviço, o qual exige um trabalho delicado e assertivo, visto que o serviço de convivência está no âmbito da Proteção Social Básica do SUAS. A ausência de formação prejudica o desenvolvimento pedagógico, e compromete os três eixos norteadores dos SCFV, que segundo Domingos, Lemos, Maciel e Quintana (2021) são a Convivência Social, o Direito a ser e a Participação.

É no último eixo que identificamos a problemática atual do Centro da Juventude, uma vez que, esse eixo do serviço visa por meio de atividades planejadas, estimular a participação dos sujeitos em espaços públicos (Domingos, Lemos, Maciel e Quintana, 2021). Nesta perspectiva, as atividades desenvolvidas na instituição possuem esse foco, contudo, não há um planejamento específico para cada atividade, o que acaba por tornar a prática pela prática, sem que tenha um intuito ou objetivo a atingir, como foi observado pela pesquisadora no dia 05/12/2023, e relatado pelos entrevistados, quando apontam que não



é obrigatório a realização de planejamentos, e que os educadores/as realizam as atividades da mesma maneira até que aconteça algo que necessite de mudança.

Luz (2017) evidencia que, as ações educacionais na área da Educação Social não podem ser desenvolvidas e construídas a partir do senso comum, é de extrema necessidade que haja o desenvolvimento de reflexões e estudos da área, para que a profissão não se prenda ao achismo ou seja ligada somente ao viés assistencialista. Com isso, compreendemos a imediata necessidade da consolidação e reconhecimento da área da Educação Social no país, e a oferta de cursos de formação a nível superior para a capacitação de educadores e educadoras. Desta feita, evidenciando a urgência de formação profissional na área, partimos para a discussão do trabalho educativo específico com a cultura corporal considerando este um dos elementos mais pujantes da ação educativa da Educação Social com crianças e adolescentes no país.

TRABALHO EDUCATIVO COM A CULTURA CORPORAL NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Nesta categoria analítica temos como objetivo apresentar as características referentes ao trabalho pedagógico com a cultura corporal realizado pela instituição, assim, teremos como ponto de partida o planejamento, rotina das oficinas e seus objetivos. A partir das observações foi possível constatar que o leque de atividades desenvolvidas, dentro da cultura corporal é bem amplo, visto que, a maioria das atividades se enquadram dentro da linguagem, como citados pelos entrevistados, que ao serem questionados expuseram que desenvolvem atividades como: jogos e brincadeiras, futebol, vôlei, basquete, dança, natação e teatro. Foi possível identificar que a compreensão do termo cultura corporal é distinta entre os entrevistados, haja vista que cada um a define dentro de suas perspectivas e vivências. Todavia há uma unanimidade de opiniões no que se refere à associação da cultura corporal a temas ligados a jogos, brincadeiras e esportes.

Podemos compreender segundo o Coletivo de Autores (2011), que a cultura corporal se configura como constituinte da produção da cultura humana, que se constrói e se modifica historicamente e socialmente. Salientamos a importância de trabalhar atividades da cultura corporal em espaços de Educação Social, visto que, o trabalho desenvolvido com a população infanto-juvenil com direitos violados preconiza um exercício profundo de interpretação e ação sobre o cotidiano destes sujeitos.

Uma das possibilidades de atuação é desenvolver mediações entre o brincar, a ludicidade e a criatividade, não estabelecendo seus parâmetros pedagógicos a partir, por exemplo de desempenho ou competições. Um exemplo de desenvolvimento pedagógico a



partir da cultura corporal é o jogo, que segundo Elkonin (1998, p. 19) “[...] é uma atividade em que se reconstróem, sem fins utilitários diretos as relações sociais”, sendo assim, o conteúdo jogo pode abarcar como uma reconstrução de uma atividade relacionada a vida social, tarefas e normas das relações da vida cotidiana.

Contudo, a partir das observações foi possível notar que a instituição se prende somente em modalidades específicas, como futebol e natação, e não buscam por desenvolver as diversas possibilidades da cultura corporal e nem de privilegiar processos de participação e diálogo com as crianças/adolescentes, que por muitas vezes realizam as atividades de forma totalmente livre, sem nenhum tipo de instrução, conversa ou intervenção, como foi observado pela pesquisadora no dia 29/11/2023, a qual aponta o fato da instituição trabalhar com atividades esportivas praticamente todos os dias e excluir muitas vezes a realização de atividades lúdicas que envolvam o cotidiano/realidade. Nesta perspectiva, compreendemos segundo Santos (2018) que trabalhar somente com o conteúdo de esporte acaba sendo um fator diretivo e negativo, no que diz respeito aos conteúdos possíveis de serem desenvolvidos em uma intervenção educativa, ou seja, logo pode-se notar que esse trabalho não é programado ou estruturado, ocasionando lacunas no objetivo das ações educacionais.

Entende-se que a função do educador/a social deve ser referente ao conteúdo e método que é objetivado na ação educativa, assim, os conteúdos precisam ser variados, ou seja, é necessário que o profissional consiga adequar o conteúdo ao contexto, para que assim possa alcançar os objetivos determinados. Tais objetivos devem levar em consideração as relações entre a sociedade, cultura e os indivíduos (Tondin, Molina Neto, Wittizorecki, 2014). A partir deste pressuposto, com a pesquisa foi possível identificar que a instituição, tem seus objetivos mais voltados à ocupação do tempo e entretenimento dos adolescentes, voltando-se somente para vivência e não se atentando a um trabalho que desenvolva aspectos da realidade, como citado pelo educador 1 em sua entrevista “É mais para eles vivenciarem, para se divertirem, o que às vezes acaba não acontecendo tanto, porque eles brigam bastante, mas é mais lazer assim, eu acredito”. Partindo do entendimento que o papel da Educação Social, segundo Muller, Moura, Natali e Souza (2010) é de estimular o sujeito no tempo presente, objetivando que o próprio possa se instrumentalizar para enfrentar os desafios e modificar a realidade em que está inserido.

Cabe ao educador/a o papel de: Organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades coletivas nas unidades e/ou na comunidade; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais



nas unidades e/ou na comunidade; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc. (Brasil, 2015).

A partir do exposto, partimos para a análise do planejamento realizado pela instituição, no que se refere à rotina das crianças/adolescentes, foi possível identificar, que é estabelecido uma ordem de ações antes da realização das atividades, como: oração, horário de café da manhã/tarde e horário das atividades na piscina. Contudo, quando partimos ao planejamento das atividades, nos deparamos com um cenário de escassez, uma vez que, não é obrigatório a realização, como apontaram os educadores 1 e 2 em suas entrevistas, argumentando que é critério de cada educador realizar ou não o planejamento. Por esta razão, os entrevistados afirmaram que não realizam o planejamento de suas atividades, e, durante as observações não foi possível notar um horário garantido na rotina de trabalho da instituição para que o planejamento seja realizado.

Nessa ótica, compreendemos o planejamento como uma dimensão didática indispensável no processo de ensino e aprendizagem, da mesma maneira que o planejamento é um elemento indispensável no contexto escolar, é de extrema importância que essa prática seja pensada ou ressignificada na área da Educação Social (Dias, 2020), visto que, na pesquisa foi possível notar que os profissionais da instituição por muitas vezes não realizam o planejamento e o associam somente com as atividades realizadas no âmbito escolar. Nesta perspectiva, destacamos que não cabe ao educador/a reproduzir os modelos realizados no contexto escolar, mas que possam criar/recriar um planejamento que proporcione uma intervenção sócio pedagógico consistente, ou seja, um plano que possua objetivos e metas a serem cumpridas (Dias, 2020).

Segundo Parcerisa (2002), os processos de ensino-aprendizagem na área da Educação Social se concretizam a partir de relações de interações intencionais, assim, o planejamento se torna indispensável para um melhor desenvolvimento das ações, pois, antes de se realizar qualquer atividade é necessário considerar se as questões do ambiente são propícias ou não, além de verificar se há comunicação suficiente para a realização de determinada atividade.

É possível afirmar que não há ensino sem planejamento, uma vez que esse processo necessita de responsabilidade e intencionalidade, contudo, não estamos apontando que o planejamento é uma garantia para que o ensino aconteça, mas que, sem a utilização dele perde-se aspectos fundamentais neste processo (Dias, 2020). Com isso, podemos



compreender segundo Padilha (2001, p. 30) que “o ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação, de previsão de necessidades e racionalização do emprego de meios necessários para a concretização de objetivos”.

Assim, compreendemos que a prática da Educação Social é desafiadora e imprevisível em diversas situações, por isso, apontamos a necessidade de ser elaborado um planejamento flexível para que possa ser adaptado a realidade, assim, entendemos que é uma ferramenta para orientar as ações socioeducativas. Assim como aponta Lira (2017, p. 39): “Não basta só planejar. O planejamento não pode ser peça decorativa, nem respostas às exigências gerenciais”.

O planejamento deve revelar o diagnóstico e ser uma ferramenta de trabalho, flexível às alterações provocadas pela intervenção e/ou por mudanças no processo. Elucidamos a importância de um planejamento que vise o desenvolvimento de atividades que proporcionem uma formação crítica, abrindo espaços para que aconteça diálogos político-sociais, possibilitando a oportunidade de crianças e adolescentes participarem das diretrizes políticas e ações públicas, a fim de exercer seu direito de participação política (Rodrigues, 2014). As crianças e adolescentes, como cidadãos, poderão garantir sua liberdade de, juntamente e diferentemente dos adultos, participar das políticas públicas, imaginando, construindo, inventando e potencializando opiniões, vontades, interesses e decisões (Rodrigues, 2014).

Assim como está exposto no artigo dezesseis do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação (BRASIL, 1990). Desta feita, indicamos a necessidade uma elaboração e organização das atividades na instituição observada, visto que, é um espaço amplo e capaz de proporcionar um atendimento de qualidade e que siga um objetivo para uma melhor reinserção social e uma melhoria na garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

ATUAÇÃO DO PROFESSOR/A DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO SOCIAL

Neste item, buscamos apontar a importância da Educação Física em espaços de Educação Social, bem como evidenciar a importância do trabalho do professor/a de Educação Física nesses locais. Diante disso, compreendemos segundo Santos (2018) que



o papel desse professor/a atuando na área de Educação Social é o de desenvolver atividades ligadas com a ampliação das aprendizagens sobre a cultura corporal e do conhecimento vasto e profundo sobre ela. Além de, por meio das potencialidades do lúdico estimular a criatividade das crianças/adolescentes.

Para os professores/as de Educação Física o lúdico é entendido como uma linguagem que aproxima a criança/adolescente a possibilidade de aprendizagem, com isso, por meio dos jogos e brincadeiras estabelece-se relações entre os envolvidos, provendo assim, que todos possam se apropriar das aprendizagens e ensinamentos que a cultura lúdica pode propiciar (Santos, 2018). A partir desse pressuposto, podemos entender que o professor/a de Educação Física é de extrema necessidade nos ambientes da Educação Social, como foi possível notar nas falas dos entrevistados, que ao serem questionados expuseram a importância relacionada com o desenvolvimento da coordenação motora, com o trabalho para o corpo e para mente e com a possibilidade de um melhor fortalecimento de vínculos, mas evidenciamos que a área pode contribuir em muitas outras aprendizagens.

Assim como podemos observar na fala do educador 2: “De extrema importância, até por fortalecimento de vínculos, se você tirar a prática esportiva dificulta muito [...]” Contudo, não identificamos na instituição um trabalho com a cultura lúdica, por mais que a maioria dos educadores/as sejam graduados em Educação Física não foi possível elencar um trabalho pedagógico que seja além do esporte, como citado no terceiro item.

Apontamos, desta maneira, a necessidade do desenvolvimento de um trabalho rico em todos os âmbitos da cultura corporal e que não foque somente nas mesmas atividades como foi observado pela pesquisadora no dia 29/11/2023. Uma das possibilidades de atuação na área é o desenvolvimento da metodologia lúdico-político-pedagógica uma vez que, pode propiciar ações que busquem o desenvolvimento de vários conceitos importantes para formação de crianças e adolescentes como sujeitos críticos e participativos e o desenvolvimento de valores pessoais, ou seja, intervenções como esta podem desenvolver a capacidade de refletir, sensibilizar e informar (Mager, Müller, Silvestre e Morelli, 2011). Segundo Müller e Rodrigues (2002) intervenção lúdico-político-pedagógica é uma metodologia de trabalho educativo por meio de atividades lúdicas, recreativas, esportivas e principalmente com jogos cooperativos.

Assinalamos que o professor/a de Educação Física, atuando como educador/a social pode desenvolver um trabalho que tenha por objetivo apontar por meio do lúdico o direito ao brincar, jogar e de interagir na sociedade. O foco do trabalho deve transcender a esfera da discussão por direitos e atuar como uma maneira de preparação para a emancipação



do indivíduo (Santos, 2018).

Ao serem desenvolvidas atividades no âmbito da ludicidade o indivíduo tem a possibilidade de criar seu próprio “mundo” de imaginação, onde poderá reproduzir interações, momentos e situações de sua vida de um modo que possa redirecionar e criar possibilidades de experimentar novas ações (Luz, 2017). A Educação Física se configura com os temas: jogo, esporte, ginástica, dança, lutas e entre outras, nesta perspectiva, o estudo e desenvolvimento de atividades nesse âmbito visa o conhecimento da expressão corporal como linguagem. Deste modo, o sujeito tem a possibilidade de se apropriar da cultura corporal pendendo-se para o lúdico, artístico, agonístico, estético, tendo acesso a conceitos produzidos pela consciência social que possibilitar um “sentido pessoal” que relaciona suas subjetividades as significações objetivas com sua realidade/cotidiano (Coletivo de Autores, 1992).

Apontamos que a Educação Social possui conteúdos alinhados à Educação Física, visto que, os conteúdos mais desenvolvidos na área são jogos, brincadeiras e Esportes principalmente quando se trata da população infanto-juvenil, como observado pela pesquisadora. Salientamos que esses conteúdos precisam ser desenvolvidos e compreendidos a partir de um viés da produção corporal e na perspectiva emancipatória e participativa nos ambientes educativos.

Assim, compreendemos a extrema necessidade de trabalhar com esses conteúdos nos locais de Educação Social, uma vez que a brincadeira:

Expressa uma das formas mais sutis e sofisticadas de partilha de regras, por mais tácitas que sejam. Uma brincadeira entrecruza histórias, tempos e espaços. Não se brinca apenas com um objeto. Brinca-se com uma memória coletiva que muitas vezes transcende quem brinca e o próprio momento da brincadeira: objetos, tempos, substâncias, regiões, épocas, cidades, países, estações do ano, rituais, os mais amplos e ricos contextos humanos (Debortoli, 2004, p. 20).

Já sobre o esporte, no que se refere à cultura corporal entende-se que é um trabalho educativo, no qual “[...] é preciso resgatar os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, defendem o compromisso da solidariedade e respeito humano, a compreensão de que jogo se faz “a dois”, e de que é diferente jogar “com” o companheiro e jogar “contra” o adversário” (Coletivo de Autores, p.45, 2011).

Em relação ao jogo, é um conteúdo que pode ser constituído pela reconstrução de uma atividade relacionada à vida social, tarefas e normas destas relações da vida cotidiana (Elkonin, 1998, p. 19). Desta forma, apontamos sobre os conteúdos mais desenvolvidos na



instituição, no entanto; não se elimina a necessidade de trabalhar com os outros conteúdos que compõem a Educação Física, assim, não retratamos as danças, lutas e ginásticas por não estarem presentes no cotidiano da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo foi possível analisar como se configuram as ações educativas com a cultura corporal com adolescentes na instituição de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Centro da Juventude, na visão institucional e dos educadores, na próxima etapa da pesquisa realizaremos os grupos focais com os adolescentes e vamos analisar suas percepções. Deste modo, tivemos como objetivo elucidar as características das ações educativas, bem como a percepção dos entrevistados sobre o assunto proposto. Ainda buscamos analisar como é desenvolvido o trabalho com os adolescentes na instituição e como se configura a Educação Social, por meio das seguintes categorias: I. Rotina e trabalho na Instituição Centro da Juventude; II. Formação profissional na Educação Social; III. Trabalho educativo com a Cultura Corporal na Educação Social; IV. Atuação do professor/a de Educação Física na Educação Social.

Foi possível observar com a pesquisa que a instituição segue uma rotina, sendo ela: horário de chegada, oração coletiva, execução das atividades, lanche, volta para as atividades. Contudo, por mais que se tenha uma organização sobre a rotina, as atividades acontecem de forma livre, ou seja, a criança/adolescente determinam a atividade a ser feita e o tempo que permanecerá nela, nesta perspectiva, apontamos a necessidade de uma organização que se atente à necessidade de permanência nas atividades, para que assim, seja possível que aprendizagem de fato aconteça e que os sujeitos possam se apropriar dos conhecimentos oferecidos.

Ainda, no que se refere às atividades, apresentamos a extrema necessidade da elaboração de um planejamento das ações educativas para que de fato tenha uma intencionalidade e um objetivo a ser seguido, pois, por mais que o planejamento na área da Educação Social se distancie do contexto escolar, não podemos excluir sua necessidade, como observamos na instituição. Desta feita, acreditamos que um trabalho desenvolvido pensando em crianças/adolescentes com direitos violados deve conter um objetivo específico para que possa seguir o princípio do SCFV da reinserção social e a busca pela



emancipação do sujeito. Já no que se refere aos profissionais da área, apontamos a necessidade de uma formação específica, visto que, com as entrevistas foi possível notar que alguns educadores, se quer tem conhecimento sobre o conceito e características da área em que estão atuando.

Ressaltamos a urgência de ter uma formação específica para Educação Social no Brasil, assim, é necessária uma ampliação nas discussões e reflexões sobre a Educação Social, visto que está presente em diferentes locais e contextos educacionais. Não apontamos essa necessidade apenas para os educadores/as, mas também para que sejam desenvolvidas políticas públicas educacionais de pesquisa, estudo e formação com o intuito de formar profissionais da Educação Social como ocorrem em diversos países.

No que tange a cultura corporal, por mais que identificamos na instituição diversas atividades nesse âmbito, apontamos a importância de não focar somente nas mesmas atividades e de não desenvolver um trabalho somente voltado ao esporte como foi observado, deste modo, elucidamos que possa ser desenvolvido um trabalho voltado para a cultura lúdica, buscando por meio dela trabalhar com a realidade dos sujeitos, além de abrir uma maior possibilidade de diálogo, bem como trabalhar com uma questão fundamental que são os direitos da população infantojuvenil. Ainda, apontamos que a instituição desenvolve um trabalho educativo com carinho e cuidado, aspectos que são importantíssimos para um trabalho com os direitos humanos. Além disto, a instituição, tem uma estrutura ampla, o que possibilita uma maior facilidade para o trabalho com diversas atividades.

Constatamos que a instituição desenvolve um trabalho com a cultura corporal, porém ainda necessita de alguns ajustes e mudanças para melhorar a organização, planejamento e desenvolvimento das ações com as crianças/adolescentes, assim, podendo gerar um melhor fortalecimento de vínculos e explorar todas as capacidades possíveis do local tão amplo e rico que instituição está inserida.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, João Luiz da Costa, LIMA, Juliana Camurça de, PEREIRA, Lorhena Alves. Direito de Ser Criança: Apontamentos Jurídicos para sua Proteção e Desenvolvimento Humano. **Revista Amazônida**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, v. 9, n. 3, p. 1–17, 2024. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonida/article/view/15038/9846> Acesso em: 7 fev. 2025.



BRASIL. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos**. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/servicos-e-programas/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos> Acesso em: 09 dez. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 10 jan. 2024.

COLETIVO DE AUTORES. Coletivo de Autores: A Cultura Corporal em Questão. **Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 2, p. 391-411, abr./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbce/a/D5pYMHWxd9kkXTKfMjkBq7R/> Acesso em: 03 jan. 2024.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de Educação Física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. Brincadeira. In. GOMES, Christianne Luce. **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 19-24.

DIAS, Luciana Silva. **Processo de Planejamento didático em Educação Social: significados e estratégias**. 2020. 134 f. Dissertação - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa/PB, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19711?locale=pt_BR Acesso em: 23 jan. 2024.

DÍAZ, Andrés Soriano. Uma aproximação à pedagogia-educação social. **Lusófona de Educação**, Lisboa, v.7 n. 7, p. 91-104, 2006. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/801> Acesso em: 28 dez. 2023.

DOMINGOS, Andressa Yaorrudin Araujo; LEMOS, Gabriela dos Santos; MACIEL, Shiara Rocha; QUINTANA, Silmara. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: Diálogo Teórico prático. **Gestão em foco**, Campinas, SP, v.13, n. 13, p. 157 – 166, 2021. Disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2021/07/SERVI%C3%87O-DE-CONVIV%C3%8ANCIA-E-FORTALECIMENTO-DE-VINCULOS-DIALOGO-TE%C3%93RICO-E-PR%C3%81TICO-p%C3%A1g-157-%C3%A0-166.pdf> Acesso em: 20 nov. 2023.

ELKONIN, Daniil Borosovich. **Psicologia do jogo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREIRE, Sandra Sousa Boughi. **Educação Social com crianças e adolescentes: Interloquções com a dança**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Educação Física. Maringá/PR, 2019. Disponível em: <http://www.def.uem.br/tccc> Acesso em: 13 dez. 2023.

LUZ, Lucas Henrique da. **Educação Social: fundamentos epistêmicos e metodológicos para práticas de educação social em comunidades**. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá/PR, 2017. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes-1/dissertaco-es-1#2017>. Acesso em: 16 nov. 2023.

LIRA, Lídia. Prática Pedagógica na Assistência Social: fortalecendo o processo de inclusão social através dos CRAS. **Instituto de Administração e Tecnologia. Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania**, 2017. Disponível em: https://psicologianosuas.com/wp-content/uploads/2017/09/pratica_pedagogica_na_assistencia_social.pdf Acesso em: 12 de Janeiro de 2024.

MAGER, Miriam; MULLER, Verônica Regina; SILVESTRE, Eliane; MORELLI, Ailton José. **Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados**. 21. ed. Maringá: Eduem, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Editora: Hucitec, 2013.

MULLER, Verônica Regina; MOURA, Fabiana; NATALI, Paula Marçal; SOUZA, Cléia Renata Teixeira de. A formação do profissional da Educação Social: espectros da realidade. **XVIII Seminário Internacional de Formação de Professores para o MERCOSUL/ Cone Sul**. 2010, Florianópolis. Anais. Florianópolis: 2010. Disponível em: <https://seminarioformprof.ufsc.br/files/2010/12/M%C3%9CLLER-Ver%C3%B4nica-Regina3.pdf> Acesso em: 18 nov. 2023.

MULLER, Verônica Regina; NATALI, Paula Marçal. **Educação Social no Brasil: formação profissional – Chapecó**: Livrologia, 2021.

MULLER, Verônica Regina; RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. **Reflexões de quem Navega na Educação Social: uma viagem com Crianças e Adolescentes**. Clichetec, 2002.

NATALI, Paula Marçal. **O lúdico em instituições de Educação Não-Formal: Cenários de múltiplos desafios, impasses e contradições**. 2009. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Programa de Pós-Graduação em Educação, Ponta Grossa/PR, 2009. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1262> Acesso em: 02 fev. 2024.

NEGRINE, Airton. Instrumentos de coleta de informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva.; MOLINA NETO, Vicente. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa na Educação Física: alternativas metodológicas**. Porto Alegre: UFRGS/Sulina, 2010, p. 61-93.

NUÑEZ, Violeta. **Pedagogia Social: Cartas para Navegar en el nuevo milênio**. 2. ed. Buenos Aires: Ediciones Santillana, 2004.



PADILHA, Roberto Paulo. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez, 2001.

PARCERISA, Artur. **Didáctica en la Educación Social**: enseñar y aprender fuerade la escuela. 3. ed. Barcelona: GRAÓ, 2002.

PRACZUM, Sofia Mattei; NATALI, Paula Marçal. **Crianças e adolescentes com direitos violados**: diagnóstico e meandros do cenário educativo no município de Ivaiporã-PR. 2022. Relatório semestral PIBIC. Universidade Estadual de Maringá, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 2022.

RODRIGUES, Patrícia Cruzelino. **Participação Política de Meninos e Meninas: expedições de experiências e reflexões em curso**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá Programa de Pós-Graduação em Educação. Maringá, 2014. Disponível em: <https://old.ppe.uem.br/teses/2021/2021%20-%20PATRICIA%20CRUZELINO%20RODRIGUES.pdf> Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTOS, Dienon. **Infância e Adolescência**: configurações das ações da educação social na cidade de Ivaiporã-PR. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual de Maringá, Ivaiporã, 2018. Disponível em: <http://www.def.uem.br/tccc> . Acesso em: 10 nov. 2023.

SOUZA, Cleia Renata Teixeira; PAIVA, Jacyara; NATALI, Paula Marçal; BAULI, Regis Alan; MULLER, Verônica Regina. A atuação profissional e a formação do educador social no Brasil: uma roda da conversa. **Interfaces Científicas**: Educação, Aracaju, v. 3, n. 1, p.77-78, out. 2014. Acesso em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/1633> Disponível em 21 nov. 2023.

TOMÁS, Catarina; FERNANDES, Natália. Brincar, **Brinquedos e Brincadeiras**: modos de ser criança nos países de língua oficial portuguesa. Maringá: Eduem, 2014.

TONDIN, Gilmar; MOLINA NETO, Vicente; WITTIZORECKI, Elizandro Schultz. A Formação dos Educadores Sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – Em Porto Alegre. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 1, p. 1 – 28, mar. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/622/424> Acesso em: 20 jan. 2024.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

Artigo recebido em: 04 de julho de 2024

Aceito para publicação em: 02 de outubro de 2024

Manuscript received on: July 4th, 2024

Accepted for publication on: October 02nd, 2024

Endereço para contato: Universidade Federal do Amazonas, Faculdade de Educação/FACED, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campus Universitário, Manaus, CEP: 69067-005, Manaus/AM, Brasil

